
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0002225-37.2011.2.00.0000**Requerente:** Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra**Interessado:** Adriana Campos de Souza Freire Pimenta

Adriana Goulart de Sena
Agnaldo Amado Filho
Alexandre Chibante Martins
Ana Maria Espi Cavalcanti
André Luiz Gonçalves Coimbra
Anemar Pereira Amaral
Anselmo José Alves
Antônio Fernando Guimarães
Antônio Neves de Freitas
Carlos Humberto Pinto Viana
Célia das Graças Campos
Charles Etienne Cury
érica Aparecida Pires Bessa
érica Martins Júdice
Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto
Fernando Sollero Caiaffa
Flânio Antônio Campos Vieira
Geraldo Hélio Leal
Gilmara Delourdes Peixoto de Melo
Graça Maria Borges de Freitas
Jairo Vianna Ramos
Jales Valadão Cardoso
Jésser Gonçalves Pacheco
José Roberto Freire Pimenta
Júlio César Cangussu Souto
June Bayão Gomes Guerra
Leonardo Passos Ferreira
Lucas Vanucci Lins
Manuel Cândido Rodrigues
Márcio Roberto Tostes Franco
Márcio Toledo Gonçalves
Marco Antônio Ribeiro Muniz Rodrigues
Marco Antônio Silveira
Maria Cristina Diniz Caixeta
Maria Perpétua Capanema Ferreira de Melo
Maria Tereza da Costa Machado Leão
Marina Caixeta Braga
Maritza Eliane Isidoro
Mauro César Silva
Nelson Henrique Rezende Pereira
Olívia Figueiredo Pinto Coelho
Orlando Tadeu de Alcântara
Paulo Eduardo Queiroz Gonçalves
Paulo Gustavo Amarante Merçon
Renata Lopes Vale
Sérgio Alexandre Resende Nunes
Silene Cunha de Oliveira
Simore Miranda Parreiras
Tarcísio Alberto Giboski
Vanda de Fátima Quintão Jacob
Wilméia da Costa Benevides
Zaida José dos Santos

Requerido: Conselho Nacional de Justiça
Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (mg)

Advogado(s): MG038581 - Ricardo Drummond da Rocha (INTERESSADO)

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de Procedimento de Controle Administrativo em que a parte busca desconstituir deliberação colegiada deste Conselho Nacional de Justiça em sede de Pedido de Providências.

I - RELATÓRIO

Este Conselho Nacional de Justiça, em decisão da lavra do Conselheiro Ives Gandra Martins Filho, julgou improcedente o Pedido de Providências n.º 5116-65.2010.2.00.0000, formulado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região - Amatra XVIII, determinando, de ofício, que o TRT da 3ª Região tome as providências necessárias à devolução à Administração do pagamento indevido de ATS completado no período de janeiro de 2005 a maio de 2006. Eis os fundamentos da decisão, "verbis":

“Como é cediço, o **regime de pagamento dos magistrados por parcela única** (subsídio) restou instituído pela **Emenda Constitucional 19, de 04/06/98**, que acrescentou o § 4º ao art. 39 da Constituição Federal, ressaltando que ficava vedado o acréscimo de qualquer adicional, gratificação, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, respeitadas, todavia, as disposições dos incisos X e XI do art. 37, quanto à iniciativa para a fixação e alteração por lei específica e quanto a teto remuneratório.

A **Lei 11.143, de 26/07/05**, deu concreção ao comando constitucional, estabelecendo o valor dos subsídios dos Ministros do STF para os anos de 2005 e 2006, consignando, respectivamente, os valores de R\$21.500,00 e 24.500,00. Estabeleceu, pois, a lei o escalonamento vertical dos vencimentos dos magistrados.

Diante das dúvidas ocorridas quanto à sistemática do novel regime e após longo estudo acerca das parcelas que compunham usualmente os vencimentos dos magistrados, veio a lume a **Resolução 13, de 21/03/06, do CNJ**, pacificando a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura. Daí porque consignou, quanto a este último, as verbas extintas por ele e as que não o integram. Assim, em relação às **verbas compreendidas e extintas pelo subsídio**, fiuraram o **adicional por tempo de serviço - ATS** (art. 65, VII, da LOMAN) e os **quintos**, como dimana do art. 4, III, "a", e VII, "f", da mencionada normativa.

O **art. 12** da referida **Resolução** estabeleceu, entretanto, regra de transição para **adaptação dos tribunais** às normas nela encapsuladas sobre teto remuneratório e regime de subsídios, elegendo como termo final para tanto o mês de **maio de 2006**.

Por ainda suscitar dúvidas na interpretação, houve **Pedido de Providências** por parte da Associação dos Juizes Federais (AJUFE) perante o CNJ, na medida em que alguns tribunais computaram como ATS apenas os períodos completados até dezembro de 2004, haja vista a implantação do regime de subsídios dos Ministros do STF a partir de janeiro de 2005 pela Lei 11.143. Eis a ementa do precedente que fixou a interpretação buscada, *verbis*:

'PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MAGISTRADOS. INTERRUÇÃO NO PAGAMENTO DE ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO E QÜINQUÊNIOS ANTES DA DATA-LIMITE ESTABELECIDADA PELO CNJ E DESCONTO DOS VALORES PAGOS PELOS TRIBUNAIS A ESSE TÍTULO, SOB A FORMA DE COMPENSAÇÃO. RES. 13/2006 DO CNJ QUE PERMITIU OS PAGAMENTOS ATÉ MAIO/2006. DIREITO AO RECEBIMENTO DESSES ADICIONAIS ATÉ A DATA-LIMITE ESTABELECIDADA. DESCONTOS INDEVIDOS, POSTO QUE (sic) RECEBIDOS OS VALORES DE BOA-FÉ. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. - I) "Se o CNJ, como órgão de controle da legalidade dos atos administrativos dos tribunais, atuou como intérprete e elemento integrador da Lei nº 11.143/2006 (sic) e, para os magistrados que se submetem ao sistema de subsídio, deu sobrevida aos adicionais até maio de 2006, diante da dicção do art. 12 da Resolução nº 13/2006, impõe-se reconhecer a todos que se encontrem na mesma situação o direito a essa percepção até a data-limite, sob pena de discrimen e ofensa à isonomia. II) A pretensão da Administração Pública de ver repetidos valores indevidamente pagos a título de subsídio, vencimentos ou proventos, obriga e impõe uma fase de conhecimento e de dilação probatória em que reste incontroverso que o pagamento foi efetivamente indevido e que o beneficiário tenha agido de má-fé, considerando que os valores recebidos de boa-fé não se submetem à restituição, posto que (sic), tendo o pedido natureza reparatória, essa boa-fé exsurge como causa excludente da responsabilidade' (CNJ-PP-1069/07, Red. designado Cons. Rui Stoco, julgado em 25/09/07).

Da leitura da íntegra do precedente deste Conselho, ressaí o **papel integrador desse pronunciamento** no tocante à aplicação da Lei 11.143/05, que, não tendo estatuído critérios temporais, teve o seu **conteúdo completado** com a **fixação do período de janeiro de 2005 a maio de 2006** como **cabível** para o **pagamento** dos adicionais por tempo de serviço.

Como se depreende, o CNJ, còncio de seu **poder normativo primário**, porque extraído diretamente da Constituição Federal (art. 103-B), tem competência para a edição de atos normativos que guardem vínculo com as matérias a ele cometidas para análise também pela Lei Maior, revestindo-se tais atos dos atributos da generalidade, abstratividade e impessoalidade (STF-ADCON 12, Rel. Min. **Carlos Ayres Britto**).

Nessa esteira, a **dilatação do prazo** para pagamento dos adicionais por tempo de serviço aos magistrados, ante a regulamentação da aplicação do teto e dos subsídios, **até maio de 2006** pela **Resolução 13/06 do CNJ**, apesar da instituição do regime de subsídios destes ainda em 2005 pela Lei 11.143, regime este que extinguiu os adicionais em comento, consubstanciou-se em **expressão desse poder normativo primário**

constitucionalmente garantido, razão pela qual se reveste de total legitimidade.

Assim, concluindo que vários tribunais, à falta de clareza da lei que instituiu o regime em comento quanto às parcelas componentes, permaneceram pagando o ATS, recebido, por sua vez, de boa-fé pelos magistrados e daí impassíveis de devolução, a **extensão até o mês de maio de 2006 fulcrou-se na impossibilidade de se violar o princípio da isonomia** e gerar, com isso, uma discriminação objetiva.

No entanto, no que concerne ao pagamento de ATS por períodos completados no interregno em comento, entendo que a **Resolução dirime bem a questão**, porquanto deixa patente que o cálculo do ATS **se limita ao percentual adquirido no regime de vencimentos (art. 9º)**. De outra parte, impende registrar que, conforme veio a lume, **apenas o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)** inobservou a disposição e **determinou o pagamento de quinquênios completados no período até maio de 2006 a 58 (cinquenta e oito) magistrados**, circunstância que não pode sugerir a invocação do princípio da isonomia.

Nessa esteira, sendo clara a orientação contida no art. 9º da Resolução 13/06 do CNJ e considerando a ausência de generalização do descumprimento da norma, é de se julgar improcedente o pleito, em respeito aos princípios da legalidade e moralidade administrativos.

Por todo o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o presente Pedido de Providências. Determino, de ofício, que o TRT da 3ª Região tome as providências necessárias à devolução à Administração do pagamento indevido de ATS completado no período de janeiro de 2005 a maio de 2006.”

Intimadas as partes, os autos desse Pedido de Providências foram arquivados.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra apresentou o presente Procedimento de Controle Administrativo, com pedido de liminar, no qual pretende:

a) a desconstituição do julgamento proferido no PP n.º 5116-65.2010.2.00.0000 e, conseqüentemente, seja determinado ao TRT da 3ª Região que se abstenha, em definitivo, de qualquer cobrança de valores pagos aos Magistrados a título de Adicional por Tempo de Serviço – ATS;

b) o reconhecimento do direito dos Juízes de Minas Gerais ao recebimento de ATS até maio de 2006, com proposta de edição de Enunciado Administrativo sobre a matéria;

c) sucessivamente, o afastamento da determinação restitutiva de valores, pois recebidos de boa-fé pelos Magistrados.

Sustenta a Requerente que é nula a decisão proferida no PP n.º 5116-65.2010.2.00.000, na qual se determinou a devolução, tanto pelos Magistrados do Trabalho de Goiás quanto pelos de Minas Gerais, de diferenças de ATS auferidas entre janeiro de 2005 e maio de 2006, eis que:

- os Juízes de Minas Gerais jamais tiveram oportunidade de se manifestar naquele procedimento, formulado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região (Goiás), o que viola o princípio constitucional do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV).

- no PP n.º 5116-65, o TRT da 3ª Região apenas informou ao Conselho Nacional de Justiça, após ser questionado, a efetivação de pagamento da parcela ATS na forma defendida pela AMATRA de Goiás;

- não foi oportunizada aos Magistrados prejudicados, vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a possibilidade de qualquer tipo de defesa, o que afronta o art. 2º, parágrafo único, inciso X, c/c art. 44 da Lei n.º 9.784/1999;

- os Juízes sequer sabiam da existência do processo e não foram cientificados da data do julgamento, em descumprimento ao estabelecido pelo art. 3º, II, da Lei n.º 9.784/1999;

- contraria a interpretação firmada pelo Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal a respeito do direito de defesa;

- a Resolução n.º 13 do CNJ ampara o direito dos Magistrados de receber adicionais por tempo de serviço até o mês de maio de 2006.

A Requerente defende que é descabida a determinação de restituição de valores, em razão de inexistir qualquer indício de má-fé por parte dos Juízes beneficiários do ATS. Colaciona precedentes e invoca as Súmulas n.ºs 34 da Advocacia Geral da União e 249 do Tribunal de Contas da União.

O então Relator, Conselheiro Nelson Tomaz Braga, determinou a notificação do TRT da 3ª Região para que intimasse, pessoalmente, todos os Juízes condenados à devolução dos valores, por força da decisão proferida no PP n.º 5116-65-2010-2-00-0000, bem como para manifestação sobre o alegado naquele processo, em cinco dias **(evento 5)**.

Em seguida, Juízes apresentaram petição arguindo a nulidade das intimações efetivadas pelo TRT da 3ª Região, bem como do despacho que as ordenou, sob os seguintes fundamentos **(evento 13)**:

- a notificação não ocorreu de forma pessoal;

- houve ausência de clareza acerca do prazo para atendimento à intimação, o que viola o inciso I do art. 3º da Lei n.º 9.784/1999;

- o prazo de cinco dias concedido está em desconformidade ao art. 94 do RICNJ;

- a intimação não veio acompanhada das alegações a respeito das quais se pretendia que os Magistrados se manifestassem;

- apenas o Conselheiro Ives Gandra teria competência para determinar a notificação de eventuais interessados no presente procedimento.

No mérito, manifestam-se integralmente de acordo com a argumentação da Requerente.

O Conselheiro Nelson Tomaz Bastos, então, deferiu o pedido de liminar para sustar a restituição dos valores até o julgamento do mérito deste Procedimento de Controle Administrativo **(evento 15)**.

O TRT da 3ª Região informou que haviam sido intimados todos os Magistrados condenados à devolução do ATS, conforme determinação do Conselheiro Relator **(evento 25)**. O Conselheiro Relator determinou ao TRT da 3ª Região que juntasse aos autos os respectivos comprovantes da intimação dos Juízes e suas respectivas manifestações. Na mesma ocasião, determinou ao Tribunal que apresentasse a lista completa dos Magistrados condenados à devolução **(evento 28)**.

Em cumprimento a essa determinação, o TRT da 3ª Região juntou aos autos os documentos requeridos, informando que não houve manifestação dos Magistrados intimados **(evento 35)**.

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça ratificou a liminar deferida **(evento 46)**.

O presente processo, em observância ao critério da prevenção, foi a mim redistribuído **(evento 62)**.

Determinei a inclusão no processo, como terceiros interessados, dos Magistrados indicados no Documento 13 (**evento 13**).

É o relatório.

II - CONHECIMENTO

Cinge-se a controvérsia em se dirimir acerca da necessidade de devolução de valores auferidos por Magistrados vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a título de Adicional por Tempo de Serviço - ATS, implementados no período compreendido entre o advento da Lei n.º 11.143/2005 e o mês de maio de 2006, por força da decisão proferida por este Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências n.º 5116-65-2010-2-00-0000.

De plano, constata-se que o presente Procedimento de Controle Administrativo não enseja conhecimento.

Com efeito, deliberação colegiada deste Conselho Nacional de Justiça não é passível de impugnação mediante a propositura de novo instrumento administrativo constante do Regimento Interno do CNJ, bem como não está sujeita a Recurso.

Dispõe o §1º do artigo 4º do RICNJ, "verbis":

"Art. 4º (...)

(...)

§1º Dos atos e decisões do Plenário não cabe recurso."

III - CONCLUSÃO

Com esses fundamentos, **NÃO CONHEÇO** deste Procedimento de Controle Administrativo.

Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 21 de Outubro de 2011 às 08:27:11

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
aa81503ba0d8a4e096d829243c7b5bfc



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **185865**



1110271629330000000000185157

